



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

RECOMENDAÇÕES DO PAINEL DE ALTO NÍVEL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A PROFISSÃO DOCENTE

O Painel de Alto Nível sobre a Profissão Docente foi criado pelo secretário-geral das Nações Unidas em resposta à alarmante falta de professores a nível mundial. O Painel juntou ministros da educação e do trabalho, antigos presidentes, representantes dos sindicatos dos professores e das entidades empregadoras, académicos, professores e estudantes de todos os continentes. Foi presidido pelo antigo presidente da Estónia, Kersti Kaljulaid, e pela antiga presidente de Trinidad e Tobago, Paula-Mae Weekes, e apoiado por um secretariado conjunto da OIT e da UNESCO

Incumbido da tarefa de fornecer aconselhamento político aos governos para garantir o direito de cada criança a um professor profissionalmente formado, qualificado e bem apoiado, o Painel identificou 59 recomendações, divulgadas no passado dia 26 de fevereiro.

As recomendações apelam a uma ação urgente dos governos para pôr fim à escassez de professores e **garantir que a profissão docente seja valorizada e respeitada**, instando a que tomem medidas urgentes num conjunto abrangente de áreas: remuneração, condições de trabalho e segurança no emprego; formação e prática profissional; equidade e diversidade; diálogo social e negociação coletiva; tecnologia e futuro do trabalho na educação; financiamento. Para tal, o Painel recomenda, ente outras medidas, a **criação de comissões nacionais, integrando membros do governo e representantes dos sindicatos de professores** e de outros parceiros relevantes, para enfrentar o problema da falta de professores.

Embora todas as recomendações sejam importantes, algumas são especialmente relevantes para Portugal, um país em que o problema da falta de professores afeta hoje já dezenas de milhares de alunos, pelo que urge tomar medidas para inverter este caminho.

A FENPROF considera da maior relevância esta iniciativa do secretário-geral das Nações Unidas, destaca em documento anexo algumas das recomendações que considera mais pertinentes no contexto português e **manifesta à nova equipa ministerial a sua disponibilidade para contribuir com propostas concretas para a concretização destas recomendações e integrar a referida comissão**, em resposta ao apelo de António Guterres.

Lisboa, 19 de abril de 2024

O Secretariado Nacional da FENPROF

PAINEL DE ALTO NÍVEL SOBRE A PROFISSÃO DOCENTE

RECOMENDAÇÕES PERTINENTES NO CONTEXTO PORTUGUÊS

Remuneração, condições de trabalho e segurança no emprego

As recomendações afirmam que **um emprego seguro e condições de trabalho decentes** são fundamentais para o recrutamento e a permanência na profissão (Recomendação 35) e que o **estatuto e a dignidade da profissão** precisam de ser protegidos e elevados (R14).

Recomendações sobre este tema incluem:

- Os **salários** devem estar ao mesmo nível que os de outras profissões com requisitos educacionais semelhantes. (R36)

- **Bónus e incentivos** devem ser concedidos aos professores que trabalham em zonas [...] que apresentam maiores dificuldades, para encorajar professores experientes a trabalharem nessas zonas. (R11)

- As **condições de trabalho** devem prever: normas contratuais estáveis; um local de trabalho seguro e saudável; rácios de professores/alunos comportáveis; alojamento seguro, acessível e adequado; proteção social e pensões adequadas (entre outros). (R37)

- Para pôr fim ao **trabalho precário**, os governos devem começar imediatamente a eliminar de forma gradual a utilização de pessoal contratado e de pessoal não qualificado para preencher a falta de professores. (R19)

- As condições de trabalho devem promover **a saúde mental e o bem-estar** holístico dos professores. (R38)

- Os professores devem ter **um volume de trabalho** equilibrado. (R37). A organização do tempo de trabalho deve permitir descanso adequado e o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada. (R37)

Prática profissional

O Painel sublinha a importância de defender e promover **um ensino e uma aprendizagem de qualidade** e assegurar uma mão de obra profissional, qualificada e motivada.

Recomendações sobre este tema incluem:

- Uma **formação inicial de professores** de elevada qualidade deve ser financiada por fundos públicos para todos os futuros professores, nomeadamente através de bolsas de estudo e outros incentivos monetários e não monetários. (R20)

- Os prestadores privados de formação de professores devem ser devidamente regulados para garantir a qualidade. (R21)

- As políticas devem assegurar a capacidade de decisão e a **autonomia dos professores** (R15); os professores não devem estar rigidamente vinculados a avaliações e pedagogias que satisfaçam critérios restritos de sucesso na aprendizagem (R3);

- Devem ser disponibilizados recursos adequados para garantir a **segurança** e a ausência de intimidação e interferência (R18)

- As políticas devem promover a docência como uma **profissão colaborativa**, com espaço, tempo e recursos adequados para o planeamento colaborativo, comunidades de prática e prática reflexiva dos e entre os professores, dentro e para além da sua instituição de ensino (R27);

- Uma **liderança distribuída** clara e intencional deve encorajar os professores a liderar nas suas escolas e deve ser parte integrante da promoção da qualidade do ensino e da inovação. (R41)

Género, equidade e diversidade

O Painel apela aos governos para que desenvolvam políticas e medidas para promover a **equidade**, a **diversidade** e a **inclusão** na classe docente, em particular para grupos vulneráveis e marginalizados, começando com planeamento ao nível do pessoal (R10)

Recomendações sobre este tema incluem:

- Garantir um ambiente inclusivo para os professores em toda a sua diversidade, incluindo aqueles com deficiência (R10); proteger os professores de todas as formas de **violência** e **assédio**, incluindo a violência baseada no género. (R10)

Diálogo social e negociação coletiva

As recomendações do Painel deixam claro que os governos devem assegurar que os professores e as suas organizações possam participar no **diálogo social**, incluindo a **negociação coletiva**, e o **diálogo político** sobre todas as questões que afetam a profissão.

Recomendações sobre este tema incluem:

- Os governos devem implementar plenamente os **direitos habilitadores** para a educação e trabalho digno para os professores, em conformidade com normas internacionais, incluindo a liberdade de associação e negociação coletiva, a liberdade de expressão, liberdade de pensamento e liberdade académica. (R2)

- Um **diálogo social coordenado e institucionalizado** deve ser o principal meio para desenvolver políticas relativas à educação, ao ensino e à profissão docente. (R48)

- As condições de emprego devem ser determinadas através do diálogo social, incluindo a **negociação coletiva**. (R35)

- Os sindicatos de professores devem poder recorrer à **greve** como último recurso para garantir condições de trabalho dignas. (R35)

A tecnologia e o futuro do trabalho

O Painel reconhece que *a tecnologia é uma força transformadora na educação* (R43) e aconselha os governos sobre a forma de garantir que a revolução digital e a inteligência artificial sejam aproveitadas para apoiar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Salienta que os governos devem promover uma **tecnologia da educação centrada no humano**.

Recomendações sobre este tema incluem:

- *A tecnologia, incluindo a inteligência artificial (IA), não deve tornar-se um substituto dos professores, mas sim capacitar os professores* (R43); *em nenhum momento a tecnologia deve substituir a relação humana com o professor* (R46); *as políticas devem reconhecer as relações humanas como a base fundamental da profissão docente, incluindo a relação professor-aluno*. (R14).

- *Os professores precisam de autonomia e de poder de decisão no plano pedagógico sobre a forma como utilizam a tecnologia*. (R44);

- *Os governos devem desenvolver políticas através do diálogo social sobre a utilização das tecnologias da educação* (R46); *a profissão docente deve ser envolvida na conceção, pilotagem e avaliação das ferramentas de inteligência artificial consideradas para utilização na educação* (R46); *o desenvolvimento de tecnologias educativas deve responder às necessidades dos professores e dos alunos*. (R46)

- *A proteção dos dados e da privacidade de professores e alunos devem ser salvaguardadas*. (R44)

Financiamento

O painel apela a um **financiamento adequado e equitativo da educação e da aprendizagem ao longo da vida**. Apela também a um investimento sustentável na profissão, reconhecendo que esse investimento tem uma boa relação custo-benefício: *o financiamento a longo prazo de professores bem qualificados e bem apoiados é um investimento na qualidade e na sustentabilidade dos sistemas educativos e é mais eficiente do que medidas de curto prazo para colmatar as lacunas de professores, que resultam numa elevada rotatividade e desgaste*.

Recomendações sobre este tema incluem:

- *O financiamento do ensino público deve ser garantido com pelo menos 6 por cento do PIB e 20 por cento da despesa pública total, conforme estabelecido no Quadro de Ação Educação 2030, e deve permitir um aumento do investimento per capita*. (R7)

- *As instituições financeiras internacionais devem pôr termo a todas as restrições salariais do sector público e às medidas de austeridade que afetam as despesas com a educação, em especial o recrutamento, a permanência e os salários dos professores*. (R55)

- *Os gastos devem ser transparentes e protegidos de medidas de austeridade, incluindo nas políticas promovidas por instituições financeiras internacionais*. (R7)

- *As receitas fiscais devem permitir um financiamento sustentável da educação*. (R7)

- *Os governos devem investir nos professores através de: salários e incentivos competitivos para os professores; formação inicial e contínua de professores de alta qualidade e acessível, também em*

termos económicos; materiais de ensino e aprendizagem de qualidade, e disponibilização de pessoal de apoio à educação devidamente qualificado. (R8)

Assegurar a responsabilização/prestação de contas:

Para apoiar a implementação das recomendações, o painel recomenda a criação de **comissões nacionais de ensino**: *os governos devem estabelecer comissões nacionais ou outros mecanismos, que reúnam autoridades financeiras relevantes, representantes das organizações de professores e outros parceiros relevantes para avaliar e combater a escassez de professores adequadamente qualificados. (R5)*